

Exmo. **Senhor Vice-Presidente**

da Comissão Parlamentar de  
**Economia e Obras Públicas**

Deputado **Fernando Serrasqueiro**

S. Bento, **8 de outubro de 2013**

**Assunto:** Audição, com caráter de urgência, do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, Sérgio Silva Monteiro, no âmbito da intenção de privatizar os CTT - Correios de Portugal

O Governo pretende entregar os CTT - Correios de Portugal ao capital privado até ao final deste ano. O que é de todos passará a ser apenas de alguns.

O processo de preparação da entrega da empresa a capitais privados já teve início. Para aumentar a rentabilidade da empresa, os CTT têm vindo a despedir milhares de trabalhadores nos últimos anos e a encerrar centenas de estações e agências, um pouco por todo o país. Entre 2005 e 2012, o número de trabalhadores dos CTT foi reduzido em 27%, de 16.379 mil para 11.900, de acordo com o relatório e contas do primeiro semestre de 2012, o último disponibilizado.

A submissão da presença postal às exigências de rentabilidade levará, inevitavelmente, a uma degradação ainda maior das condições da empresa, da sua presença territorial e da qualidade do serviço prestado.

Enquanto o Governo fala na necessidade de modernização, nada é feito nesse sentido, apenas o seu contrário.

Entre 2005 e 2012 a empresa acumulou lucros de 438,7 milhões de euros. Não se compreende então a razão para a privatização de uma empresa que tem um impacto positivo nas contas públicas.

A opção pela privatização dos CTT é uma decisão lesiva dos interesses dos cidadãos. Acresce que se analisarmos o resultado de privatizações anteriores, identificamos que esse processo resultou numa clara fuga de capitais para o estrangeiro, com a distribuição dos dividendos pelos acionistas. Esta ação agudiza a situação financeira do país. Adicionalmente, um dos efeitos mais visíveis ao nível dos processos de privatização de empresas nacionais, para além da fuga de capitais, tem sido a transferência dos centros de decisão para o estrangeiro, com consequências ao nível da prossecução dos interesses estratégicos da política económica nacional.

Para o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda o processo de privatização dos CTT - Correios de Portugal deve ser cancelado, devendo a empresa ser mantida como exclusivamente pública e o Governo deve ter como preocupação dotar a empresa dos meios para se expandir e recuperar a capacidade de operação e aproximação à população.

É, por isso, com enorme preocupação que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda assiste aos diversos cenários admitidos publicamente pelo Executivo, no âmbito da venda da empresa. Nos últimos dias vieram a público hipóteses colocadas pelo Governo referentes a uma venda direta de mais de 50% do capital e até a uma dispersão de mais de 50% do capital em bolsa. As operações seriam efetuadas até ao final do ano

É essencial que os cidadãos saibam qual o futuro da empresa, os serviços que serão mantidos e extintos, a estratégia delineada para garantir o serviço universal postal, o número de trabalhadores que serão mantidos na empresa e quais as condições de venda da empresa. Para o Grupo

Parlamentar do Bloco de Esquerda, o debate e a fiscalização em torno deste processo são fulcrais.

*Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer, com caráter de urgência, a audição do secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, Sérgio Silva Monteiro.*

**A Deputada do Bloco de Esquerda,**

Mariana Mortágua